10:29 Vo)) LTE 5G 65%

PAINEL S.A. | *Julio Wiziack*
painelsa@grupofolha.com.br

Vento nas urnas

Causou desconforto no Planalto o anúncio feito pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, de que a estatal pretende revitalizar um escritório em Natal (RN) para servir de base para a indústria de eólica offshore e de prospecção na Margem Equatorial do rio Amazonas. Assessores de Lula afirmam que Prates descumpre acordo com o presidente sobre esses projetos e age em desacordo com o planejamento da Petrobras.

SUPORTE Segundo eles, no plano, só há previsão de estudos de instalação de eólicas nas plataformas em alto-mar. Nada justifica um escritório em Natal, reduto político de Prates. Avaliam que ele tenta influenciar na disputa eleitoral deste ano. Consultado, o executivo não respondeu.

CHEGA... O governo sofreu um revés no TCU, que se recusou a dar aval prévio às diretrizes do Ministério de Minas e Energia para renovação dos 20 contratos de concessão de distribuidoras de energia vincendas entre 2025 e 2031. Por unanimidade, os ministros da corte jogaram a batata para o governo.

...PRA LÁ O tribunal disse que cabe ao ministério conduzir esse processo e que só julgará caso a caso, a medida que as renovações forem enviadas. O posicionamento ocorre no momento em que governo e Congresso disputam quem definirá as regras dessa renovação. Juntas, as distribuidoras atendem 56 milhões de clientes, 65% do mercado.

ME... "Não há um centavo de dinheiro do Tesouro no BNDES", disse ao Painel S.A. José Luis Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES. De acordo com ele, somente 26% dos recursos previstos pelo BNDES para crédito dentro do Plano Mais Produção contarão com taxas subsidiadas.

...DEIXA Mesmo assim, praticamente não haverá equalização do Tesouro ao banco. "Só no Plano Safra tem Tesouro", disse Gordon. O FAT e os demais fundos que entraram com o funding (recursos para os empréstimos) serão devidamente remunerados pelo BNDES, mesmo nos contratos com juros mais baixos. O Fundo Clima receberá com emissão de títulos no exterior.

EFEITO... As seguradoras passarão a contar com duas ferramentas da CNSeg (confederação das empresas) que ajudam a prever catástrofes naturais no país. A iniciativa já foi testada por 21 delas e será lançada no fim de fevereiro em um evento da Unep FI, braço financeiro do programa da ONU para o Meio Ambiente.

...ESTUFA Um desses sistemas interativos é uma mapa de calor do território nacional em que todas as capitais aparecem com seus riscos climáticos detalhados. A outra plataforma identifica cenários de perdas decorrentes de acidentes naturais, como inundações urbanas. Com ela, as companhias conseguem estimar e mensurar perdas financeiras na aceitação e precificação de seguros para catástrofes voltados a residências, condomínios e empresas.

com Diego Felix

Brasil lidera gastos com tribunais entre 53 países

Proporção é 4 vezes a média internacional; mais de 80% vai para remunerações

Idiana Tomazelli e Renato Machado

BRASÍLIA O gasto do poder público brasileiro com os tribunais de Justiça, incluindo remuneração de magistrados e servidores, consome o equivalente a 1,6% do PIB, um recorde entre 53 países analisados pelo Tesouro Nacional e quatro vezes a média internacional (0,4% do PIB).

A comparação inédita, publicada nesta quarta-feira (24) pelo órgão do Ministério da Fazenda, considera dados de 2021, os mais recentes disponíveis para os países analisados.

Em 2022, a despesa com tribunais se manteve em 1,6% do PIB. Os gastos também incluem o Ministério Público.

Em valores absolutos, a fatura chegou a R$ 159,7 bilhões (em valores nominais), dos quais R$ 131,3 bilhões foram direcionados ao pagamento de remunerações e contribuições a magistrados e servidores —o equivalente a 82,2% do total.

Para ter uma ideia, o valor é maior que os R$ 113 bilhões gastos em 2022 com o então do programa Auxílio Brasil, que atendeu naquele ano 21,6 milhões famílias em dezembro. Neste ano, o Orçamento reserva R$ 168,6 bilhões para a política social, rebatizada de Bolsa Família.

O relatório também aponta que o valor destinado aos tribunais de Justiça representa mais da metade de todo o montante direcionado à rubrica ordem e segurança pública.

O montante ainda é superior aos gastos com os serviços de polícia (R$ 114 bilhões), em um contexto em que o país vive uma crise na segurança.

As despesas dos demais países com tribunais de Justiça não estão classificadas por tipo e, por isso, o Tesouro não consegue fazer uma comparação mais detalhada para saber se a proporção de gastos com pessoal no Brasil destoa do cenário internacional.

Mas o custo do sistema de Justiça no Brasil tem sido alvo de críticas de diferentes segmentos da sociedade, em particular por causa do pagamento de uma série de adicionais que driblam o teto remuneratório do funcionalismo, os chamados penduricalhos.

O teto para os servidores federais está hoje em R$ 41.650,92, e os limites aplicados em estados e municípios ficam abaixo disso. Mesmo assim, é corriqueiro no Judiciário e no Ministério Público decisões que criam parcelas adicionais, em geral fora do teto.

A lista inclui auxílios e benefícios por excesso de serviço (medido em número de processos) e por acúmulo de função administrativa, entre outros. Os juízes também contam com 60 dias de férias por ano, o dobro do que é garantido aos demais trabalhadores (30 dias).

Segundo o documento do Tesouro, o maior gasto vem dos tribunais estaduais, com R$ 92,1 bilhões em 2023. Na sequência estão os tribunais federais, com R$ 63,8 bilhões, o que inclui a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e cortes superiores, como STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o STF (Supremo Tribunal Federal).

A Câmara chegou a aprovar, em julho de 2021, um projeto de lei que combate os supersalários no serviço público. A proposta tem o apoio do governo Lula (PT), mas está parada no Senado.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem afirmado que é favorável à proposta, desde que o Senado avance na tramitação da PEC do quinquênio, que concede um adicional remuneratório a juízes, procuradores e defensores.

Na prática, como mostrou a **Folha**, a aprovação da PEC virou instrumento de barganha em troca da aprovação do projeto que mira os supersalários.

O principal ponto da proposta é resgatar um benefício extinto em 2006 e que prevê a concessão de um adicional de 5% do salário a cada cinco anos de serviço —cada servidor poderia acumular até sete aumentos. A verba ficaria livre do teto remuneratório e seria concedida a quem já está na carreira e a quem já está aposentado.

Além disso, o texto assegura aos membros do Judiciário e do Ministério Público que sua atuação jurídica anterior (na advocacia, por exemplo) possa ser usada para efeitos de contagem de tempo de exercício.

O governo Lula é contra a PEC, pois a medida poderia gerar um efeito cascata sobre as demais carreiras e também sobre estados e municípios, anulando qualquer economia obtida com a regulamentação do teto remuneratório.

Estudo divulgado pelo CLP (Centro de Liderança Pública) afirma que a regulamentação do teto remuneratório do funcionalismo pode gerar uma economia de R$ 3,9 bilhões ao ano. A cifra considera os servidores da União, de estados e municípios que recebem verbas acima do limite.

Já a PEC do quinquênio pode gerar um custo adicional de R$ 4,5 bilhões para União, estados e municípios, segundo cálculos feitos por técnicos do governo no ano passado.

Uma eventual extensão da benesse a todas as carreiras elevaria o gasto anual a R$ 10 bilhões nas três esferas.

Nos últimos meses, o governo Lula tem tentado dialogar com Pacheco sobre a possibilidade de pautar a proposta que combate os supersalários, mas sem deflagrar a retomada da PEC do quinquênio.

A articulação ocorre num contexto em que o Executivo é cobrado a apresentar uma reforma administrativa e a conter o crescimento de gastos.

Na segunda-feira (22), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) deu uma sinalização de que os demais Poderes precisam participar do debate.

Em entrevista ao Roda Viva, da TV Cultura, ele disse ser favorável a iniciar uma discussão sobre os gastos, mas ressaltou que deveria começar pelo "andar de cima". "Eu penso que seria de bom tom nós discutirmos os três Poderes, o que nós podemos fazer."

1,6%
do PIB é o gasto do poder público brasileiro com os tribunais de Justiça, incluindo remuneração de magistrados e servidores

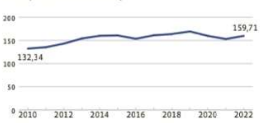
0,4%
é a média internacional de 53 países analisados pelo Tesouro Nacional

82,2%
do total dos gastos no Brasil é para pagar remunerações e contribuições a magistrados e servidores

O peso do Judiciário nas contas públicas

Gastos dos tribunais de Justiça ao longo dos anos

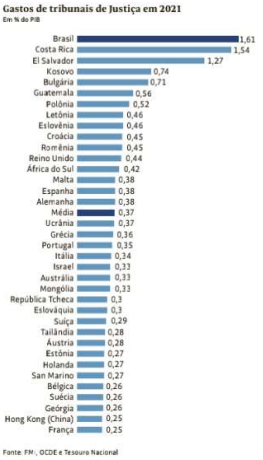
Em R$ bi (valores de dezembro de 2022)



Fonte: Tesouro Nacional

Gastos de tribunais de Justiça em 2021

Em % do PIB



Fonte: FM; OCDE e Tesouro Nacional

Mais de 250 auditores do trabalho deixam cargos em protesto

VIDA PÚBLICA

Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO Mais de 250 auditores fiscais do trabalho de todo o país entregaram postos de chefia e coordenação em áreas como combate ao trabalho escravo e infantil, e fiscalização de segurança e saúde, em mobilização por melhores condições de trabalho e reajuste salarial.

Os servidores reclamam da falta de estrutura e de equipamentos para fazer as fiscalizações (como viaturas) e da sobrecarga causada por déficit de funcionários. Segundo o Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), a categoria atua com uma força de trabalho 40% menor do que o previsto em lei.

Dados do painel estatístico de pessoal do governo federal mostram que a redução ocorre desde 2017, ano com maior número de servidores desde que a série começou, em 1999. Na época, 3.191 auditores estavam ativos, número que cai para 1.902 em dezembro de 2023.

Esses profissionais são responsáveis por fiscalizar condições de trabalho análogas à escravidão, combater a informalidade, trabalho infantil, entre outros.

"Temos o pior quadro de auditores dos últimos 34 anos. Em razão dessa falta, os servidores estão sobrecarregados", afirma Rob Everson Machado, presidente do Sinait.

O último concurso público para o cargo foi realizado em 2013. O "Enem dos Concursos" terá 900 vagas, mas, segundo Machado, o número não é suficiente para suprir o desfalque.

Funcionários em cargo de chefia têm deixado postos desde o dia 10 de janeiro. Ontem, em São Paulo, 30 servidores saíram de suas posições.

Auditora fiscal em Santa Catarina, Luciana Carvalho, 47, é uma dos 255 coordenadores que entregaram o cargo em meio à mobilização. Ela diz que, devido à falta de servidores, tornou-se responsável por três áreas: inclusão de pessoas com deficiência, aprendizagem profissional e combate ao trabalho infantil.

"Estamos com concursos atrasados e remuneração aquém do que entendemos ser o merecido", afirma.

Em nota, o Ministério do Trabalho diz reconhecer o déficit e que as vagas do concurso, ainda que não possam suprir a defasagem, são um passo importante.

EDITAL Nº 01/2024/SEFAZ

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no item 4.5.9 do Edital nº 01/2023/SEFAZ, considerando a necessidade de otimizar e facilitar a análise da documentação enviada no Envelope 01 das propostas apresentadas, resolve CONVOCAR as Entidades Proponentes inscritas na Seleção Pública de Entidade de Previdência Complementar para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do dia seguinte à publicação do presente Edital, reenviem os documentos comprobatórios referentes ao Anexo V que tenham sido enviados na forma de link, desta vez providenciando com a envio em formato de arquivo ".pdf", mediante encaminhamento ao endereço eletrônico sefaz@sat.rn.gov.br.

Natal, 23 de janeiro de 2024.

Jana Carmen Camaro e Araújo - Secretária Executiva da Receita/SEFAZ

SINTPq **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Federação de Propulsa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia e de Computação e Região, convoca a todos os trabalhadores da AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A. - AMAZUL, com data-base em 01º de ABRIL, para Assembleia Setorial e ou reunião de forma VIRTUAL, através do link: https://bit.ly/AssembleiaAmazul290 24, a acontecer no dia 29 de janeiro de 2024, às 14h00, para deliberar a seguinte ordem do dia: 1) Discussão, deliberação e aprovação da Pauta de Reivindicação referente à Campanha Salarial 2024/2025. 2) Discussão, deliberação de Assembleia Permanente. 3) Campanha de Sindicalização e 4) Outros assuntos. Faz-se necessário que, não havendo quórum, a Assembleia será realizada em segunda convocação, 15 minutos após, com qualquer número de presentes.

Campina, 25 de janeiro de 2024. José Paulo Pereira - Presidente SINTPq.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Eletrônico com fundamento na lei 14.133/2021
Processo nº 004/2024 - Pregão Eletrônico nº 003/2024 - Edital nº 004/2024
Critério de julgamento: menor valor unitário

Encontra-se aberto nesta municipalidade o pregão (eletrônico) acima citado para a contratação de empresas especializadas em prestação de serviços médico ou pessoas físicas (profissionais liberais) para atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Valentim Gentil/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão dar-se-á no dia 15 de fevereiro de 2024, às 09:00h (horário de Brasília), no endereço eletrônico http://177.39.80.80/licitacoes/edital. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3485-9400, bem como no site www.valentim.gentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 24 de janeiro de 2024
Adilson Jesus Perez Segura - Prefeito Municipal

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE REMARCAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2023
A Prefeitura de Boituva comunica que a Sessão marcada para o dia 31/01/2024 na licitação Pregão Presencial 72/2023, OBJETO: Contratação de empresa para aquisição e instalação de climatizadores para sala nas Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação conforme Termo de Referência, Anexo I do Edital, para ser realizada na Sala de Licitações, situada na sede da Prefeitura, à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:00min às 17h00min. Prefeitura de Boituva, em 24 de janeiro de 2024. VILMA MORAES DE ARRUDA SOARES - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

AVISO DE REMARCAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2023
A Prefeitura de Boituva comunica que a Sessão marcada para o dia 30/01/2024 na licitação Pregão Presencial 76/2023; OBJETO: Contratação De Empresa Especializada Para Prestação Do Serviços De Locação De Concentrador De Oxigênio Para Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada (ODP) foi remarcada para o dia 19/02/2024, por alterações no Edital. Maiores informações na sala de Pregões, à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:00min às 17h00min. Prefeitura de Boituva em 24 de janeiro de 2024. ANA PAULA SAMPAIO MOURA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.